UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
Faculdade Nacional de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito

NOTAS DOS PROJETOS DE TESE (provisório)

A Comissão Executiva do Processo Seletivo de Doutorado, consoante o Edital nº 360/UFRJ/2026, publicado no BUFRJ em 24 de março de 2026, torna público as notas dos projetos de tese.

TÍTULO DO PROJETO	LINHA	NOTA
OFIN AGANJÚ: O DIREITO DOS POVOS DE TERREIRO — Racismo religioso, epistemologias afro-brasileiras e descolonização do direito no Brasil contemporâneo.	1	5,75
JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL EPISTÊMICA E RACIONALIDADE DECISÓRIA: Critérios para o Controle da Fundamentação na Suprema Corte	2	7
DO PANÓPTICO AO VIGIAR E PUNIR DIGITAL: liberdade e controle em contextos de vigilância algorítmica	1	8,25
O PAPEL DO SINDICALISMO NA PROTEÇÃO DO TRABALHO HUMANO EM FACE DA AUTOMAÇÃO À LUZ DA TEORIA JURÍDICO-TRABALHISTA CRÍTICA	3	7
MEMÓRIA DEMOCRÁTICA EM PERSPECTIVA COMPARADA: Aprendizados da Argentina para a implementação de Museus de Democracia no Brasil	1	7
DIREITOS DA FAUNA SILVESTRE E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO PARADIGMA JURÍDICO-CONSERVACIONISTA	3	5,5
O enfrentamento ao trabalho escravo em cadeias globais de valor: o caso brasileiro entre responsabilização institucional e governança empresarial	3	8,5
Racionalidade e Estratégia na Decisão Judicial: Teoria dos Jogos e Responsabilidade Civil sob Incerteza	2	6
O DEPOIMENTO ESPECIAL NA ERA DIGITAL: IMPACTOS DA LEI No 15.211, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025 NA PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL MEDIADA POR TECNOLOGIA NO FÓRUM CENTRAL DA CAPITAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TJRJ), NO ANO DE 2027	2	6
A Rotina da Exclusão: Estudo sobre a Política Pública de Resíduos Sólidos e a (Des)Institucionalização dos EES(s) no Rio de Janeiro.	3	7,5
CÁRCERE, MORTE E EXPERIÊNCIA ESTÉTICA NO COMPLEXO PENITENCIÁRIO DE GERICINÓ/RJ	1	6
CONSTITUCIONALISMO TRANSFORMADOR E DEMOCRACIA NO SUL GLOBAL: LEGITIMIDADE DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E CRITÉRIOS DE JUSTIÇA PARA UMA TEORIA DA DECISÃO DIALÓGICA.	3	7

AUTONOMIA RELACIONAL E RECONHECIMENTO DA PESSOA AUTISTA: reflexões e desafios sob a ótica da interdependência	1	7,5
Orçamento público, gastos fundamentais e justiça tridimensional na era do capitalismo tardio: o comportamento judicial para garantia do tratamento oncológico de mulheres com neoplasia mamária pelo ente público, sob a perspectiva de Nancy Fraser.	2	7
ENTRE A MEDIAÇÃO E A REMOÇÃO: A ATUAÇÃO DAS COMISSÕES DE SOLUÇÕES FUNDIÁRIAS DO PODER JUDICIÁRIO FLUMINENSE EM OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS PÚBLICOS NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO	1	8,25
PARENTALIDADE NA ERA DO CAPITALISMO DE VIGILÂNCIA: A REDEFINICÃO DO CUIDADO E DA RESPONSABILIDADE CIVIL	1	6
MORADIA E GÊNERO: O ALUGUEL SOCIAL PARA MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	1	7,25
O direito ao reconhecimento feminino nas organizações como categoria autônoma de direito fundamental: constatação a partir do estudo das políticas públicas de equidade de gênero da Procuradoria-Geral Federal e os impactos subjetivos nas mulheres da própria carreira.	1	7,25
O POVO SABE VOTAR? O controle jurisdicional do Tribunal do Júri como medida de esvaziamento do poder absolutório do Conselho de Sentença e sua repercussão no encarceramento de corpos negros no Brasil	2	7,75
O vício de inconstitucionalidade material e segurança pública municipal: disputas institucionais, seletividade penal e controle social no Rio de Janeiro a partir da Lei Complementar no 282.	3	6
O ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL DECORRENTE DO GERENCIALISMO APLICADO À CATEGORIA BANCÁRIA COMO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL EM RAZÃO DA EFICÁCIA DIAGONAL DO DIREITO FUNDAMENTAL A UM AMBIENTE LABORAL SEGURO E SAUDÁVEL	3	5
CONSTITUCIONALISMO INSURGENTE NEGRO: mulheres, liberdade e a reconstrução dos conceitos constitucionais no Atlântico Sul	1	8
PROCESSO ADMINISTRATIVO, DEMOCRACIA E ESTADO REGULADOR: A Procedimentalização como Estratégia de Legitimação e suas Ambivalências no Direito Administrativo Brasileiro	3	6
CAPACIDADE INSTITUCIONAL MUNICIPAL E CONSULTA PRÉVIA, LIVRE E INFORMADA: ESTUDO COMPARADO DE PARAUAPEBAS E CANAÃ DOS CARAJÁS	3	7,5
A LUTA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PELO O ACESSO DIGNO AO SANEAMENTO BÁSICO E A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE E DO DIREITO MEIO AMBIENTE EQUILIBRADO: UM ESTUDO DO CASO DO MUNICÍPIO DE MACAÚBAS – BA E O “TODOS PELO SANEAMENTO BÁSICO”	1	6
Direitos culturais, memória e igualdade racial: uma análise decolonial do caso Machado de Assis no direito brasileiro	1	6,5
INFERÊNCIAS PROBATÓRIAS E TESTEMUNHO POLICIAL: Uma análise empírica da racionalidade decisória nos processos de tráfico de drogas no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (2011–2025)	2	8
O Papel das Agências Reguladoras na Garantia de Divulgação	3	5

Eficiente e Conformidade Empresarial Conforme as Práticas Environmental, Social and Governance - ESG		
EMÊRGENCIA DAS TIPIFICAÇÕES: DISPUTA MORAL EFETIVADA NO ALCANCE DAS DEFINIÇÕES DE CRIME	1	5,75
A SEMÂNTICA DA CONVIVÊNCIA E DO COMBATE: É POSSÍVEL APLICAR O DIREITO INTERNACIONAL DE CATÁSTROFE DIANTE DA CORRUPÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SEMIÁRIDO	1	6,25
O STF E O PROCESSO ESTRUTURAL COMO SOLUÇÃO PARA OS TRABALHADORES PLATAFORMIZADOS	3	5,5
Metodologia Jurídico-decisória e Precedentes Judiciais no Brasil: Possibilidades e limites à realização da intencionalidade normativa do direito	2	7
ACESSO À JUSTIÇA E PLATAFORMAS DE ONLINE DISPUTE RESOLUTION NO PODER JUDICIÁRIO: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DA ATUAÇÃO DA ADVOCACIA NA PLATAFORMA +ACORDO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	3	7,25
ESTUDO SOBRE O FENÔMENO DO ESTADO DUAL DE ERNST FRAENKL E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O DIREITO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM À LUZ DOS CONCEITOS DE DEMOCRACIA MILITANTE DE KARL LOEWENSTEIN	3	4,75
O JUDICIÁRIO COMO AGENTE INDIRETO NA FORMAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA PROPOSTA DE NOVA CATEGORIA ANALÍTICA	3	5,5
A Economia Política Brasileira e a Colonialidade do Poder: Os Limites da Democracia Constitucional Brasileira diante da Financeirização dos Direitos Sociais e no Controle de Corpos	3	6
CONSTITUCIONALISMO ANTIRRACISTA E DESENHOS INSTITUCIONAIS DO JUDICIÁRIO: METAS DE EFICIÊNCIA DO CNJ E A (RE)PRODUÇÃO DE DESIGUALDADES RACIAIS.	3	7
ESCREVIVÊNCIAS DO CORPO NEGRO FEMININO MARAJOARA: GÊNERO, RAÇA E SAÚDE DA MULHER NEGRA NAS OBRAS DE CAROLINA MARIA DE JESUS E CONCEIÇÃO EVARISTO	1	7
A Gramática Jurídica da Imaterialidade: O Diálogo entre Patrimoniologia, Teoria da Arte e Direito sob a Perspectiva de Categorias Operacionais.	1	6,5
Ferramentas digitais de participação cidadã e monitoramento de políticas públicas no federalismo brasileiro: uma análise empírica da inovação institucional municipal	3	6
A centralidade da monogamia no Direito e seus efeitos na organização do cuidado e na reprodução de desigualdades de gênero: uma leitura à luz dos direitos humanos	1	7
Cuidotecas, direito ao cuidado e a redistribuição social do trabalho reprodutivo no âmbito da Política Nacional de Cuidados	1	7
A transformação do sujeito de direito em objeto de gestão algorítmica: reconfiguração do acesso à justiça pelo capitalismo jurídico de plataforma	3	6,5
MECANISMOS DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL NA JUDICIALIZAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: a produção jurídica do espaço no caso da Zona Rural II de São Luís (MA)	3	6,5
PODER ALGORÍTMICO, PROTEÇÃO INTEGRAL E REGULAÇÃO INSTITUCIONAL DAS PLATAFORMAS DIGITAIS VOLTADAS A CRIANÇAS E ADOLOSCENTES	3	7
JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA AMÉRICA LATINA O NEGATIVO DIREITO E	3	6

POLÍTICA		
A CONTINUIDADE ALGORÍTMICA DA PERSONALIDADE DIGITAL POST MORTEM: INTERPRETAÇÃO JURÍDICA E CRITÉRIOS DE DECISÃO JUDICIAL NO DIREITO BRASILEIRO	2	6
"Às mulheres, a exceção": periculosidade social, gênero e tráfico de drogas nas decisões do judiciário baiano	1	5,65
Brasil entre o Código e a Lei: A plataformização como vetor de ressignificação do Estado Democrático de Direito	3	7,75
NEOLIBERALISMO E INSTRUMENTALIZAÇÃO PENAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: análise dos projetos de hegemonia em disputa pela construção e reprodução da Política de Alas LGBTQIA+ nos presídios brasileiros	1	6
IMPLICAÇÕES DO SHARENTING NO LIVRE DESENVOLVIMENTO DA PERSONALIDADE: mecanismos de tutela de crianças e adolescentes no ambiente digital para além de uma dimensão interindividual	3	6,5
ENTRE A CORRIDA E A ESPERA: um olhar a partir das emoções dos entregadores por meio de aplicativos.	1	6
CONCRETIZAÇÃO POSSÍVEL DOS DEVERES FUNDAMENTAIS NO ESTADO DE EXCEÇÃO BRASILEIRO.	3	4,5
A Pobreza Adoece ou a Doença Empobrece? O ciclo vicioso entre a Doença Renal Crônica (DRC), o empobrecimento e os caminhos para políticas públicas trabalhistas emancipatórias	3	6,5
Entre o flagrante e a condenação: as resistências institucionais ao reconhecimento das “mulas” do tráfico de drogas como vítimas do tráfico de pessoas no Aeroporto Internacional de Guarulhos.	1	6,25
IMPEACHMENT JUDICIAL NA SUPREMA CORTE COMO SINTOMA DE INSTABILIDADE DEMOCRÁTICA: UMA ANÁLISE COMPARADA ENTRE BRASIL, ARGENTINA E CHILE	3	6
MISOGINIA RACIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE DO SISTEMA PENAL: SELETIVIDADE E EFETIVIDADE DA LEI DO FEMINICÍDIO NO RIO DE JANEIRO.	1	5,25
Hermenêutica, Argumentação e Política Ambiental: uma Análise dos Votos do Supremo Tribunal Federal nas ADPF 708, ADPF 760 e ADO 59 durante o Governo Bolsonaro e seus Impactos na Formulação de Políticas Climáticas.	2	7
Entre instituições e decisões: capacidades institucionais, judicialização e o “limbo jurídico" na efetivação do direito à saúde de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Estado do Rio de Janeiro	3	6
A REGIONALIZAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO ESTRUTURAL E A PARAMETRIZAÇÃO DAS DECISÕES ESTRUTURAIS	2	7
SOBREVIVÊNCIA É SUBSTANTIVO FEMININO: moradia, dívida e dominação sobre as mulheres na cidade financeirizada	1	8,4
AUTONOMIA COLETIVA, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E LIMITES DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO: A INDISPONIBILIDADE REVERSA À LUZ DO TEMA 1046 DO STF	3	7,25
O SUPERENDIVIDAMENTO FEMININO E A INDÚSTRIA DA BELEZA NO BRASIL: Uma análise das vulnerabilidades de gênero a partir da aplicação da Lei 14.181/2021.	3	6
A JUSTIÇA REPRODUTIVA COMO ESTRATÉGIA NAS VOZES, AÇÕES E SABERES DE MULHERES NEGRAS NO ENFRENTAMENTO AO RACISMO E	1	7

PARA ESTABELECER MARCO CIVILIZATÓRIO ANTIRRACISTA DOS DIREITOS HUMANOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS		
Interpretação conforme à Constituição e decisões com reserva de interpretação: uma análise comparada entre o STF e o Conseil constitutionnel francês	2	7
Violência obstétrica como violência institucional e injustiça epistêmica: atuação seletiva do Estado sobre mulheres e pessoas que gestam encarceradas no sertão da Paraíba	1	6,5
Monopólio Financiado e Desintermediação Democrática: a crise da forma-partido e um desenho constitucional para as candidaturas independentes no Brasil	3	6,5
Shadow AI e Automação Informal no Judiciário Brasileiro: Desenhos Institucionais, Colonialismo de Dados e os Desafios para a Soberania Digital no Sul Global	3	7,25
A MULHER NO CÁRCERE: TRÁFICO DE DROGAS, POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL — HISTÓRIAS DE VIDA	1	6
POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS ALÉM-FRONTEIRAS: O MÍNIMO EXISTENCIAL CULTURAL COMO PARÂMETRO DO DEVER ESTATAL FRENTE À DIÁSPORA BRASILEIRA	1	7,5
Violência institucional de gênero no sistema de justiça: a (re)produção da violência contra mulheres mães no contexto pós-separação	1	6,5
A Função Social da Terra Indígena e o Direito ao Desenvolvimento Sustentável Um Estudo de Caso da Aldeia Gorotire (Kayapó, Pará) em Comparação a Gyró (Kaingang, Rio Grande do Sul)	1	6
A INSUFICIÊNCIA INSTITUCIONAL DO ACESSO AOS SISTEMAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO PARA PESSOAS COM TEA E TDAH NO BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA: UMA ANÁLISE DAS CAPACIDADES ESTATAIS À LUZ DOS MODELOS DA AUSTRÁLIA E DA SUÉCIA	3	7,5
Da vida nua ao sujeito de direitos: os limites da positivação constitucional do direito humano à vida e o paradoxo das periferias brasileiras	1	5,75
OS IMPACTOS DO JULGAMENTO DO TEMA No 506 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NAS DECISÕES SOBRE TRÁFICO DE DROGAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: Uma Análise Jurimétrica	3	6
Acessibilidade aos direitos culturais em territórios indígenas no México: contradições sociojurídicas e aprendizagens interculturais no patrimônio cultural a partir da experiência brasileira	1	6
LAWFARE DE GÊNERO EM PROCESSOS JUDICIAIS	1	7
ORTODOXIA CONSTITUCIONAL: UM MODELO BRASILEIRO DE NEO-ORIGINALISMO PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2	6,25
GRAFISMOS INDÍGENAS, DIREITOS HUMANOS E CRÍTICA À PROPRIEDADE INTELECTUAL, FUNDAMENTOS PARA A PROTEÇÃO JURÍDICA DE EXPRESSÕES INDÍGENAS NO BRASIL	1	7
DIREITO, LITERATURA E EDUCAÇÃO JURÍDICA: IMAGINAÇÃO LITERÁRIA NA COMPREENSÃO DE DIREITOS HUMANOS POR ESTUDANTES DE DIREITO	1	7
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO DO SUICÍDIO COMO RISCO NÃO PREDETERMINADO NOS CONTRATOS DE SEGURO	1	6
REGULAÇÃO JURÍDICA DO MERCADO DE CARBONO BRASILEIRO (LEI 15.042/2024): DESENHO INSTITUCIONAL E EFETIVIDADE CLIMÁTICA NA INTERFACE COM OS DIREITOS DE COMUNIDADES AMAZÔNIDAS	3	5,75

INTERPRETAÇÕES CESARISTAS E BONAPARTISTAS DA FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS NAS PORTARIAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO (2022-2024)	3	7,5
DA HONRA AO FEMINICÍDIO: UMA ANÁLISE DOS CASOS ÂNGELA DINIZ E DANIELA PEREZ SOB A ÉGIDE DO CONSTITUCIONALISMO FEMINISTA.	1	6,5
RACISMO E PODER PUNITIVO: A criminalização racializada e suas permanências do Império Policial à República Penal no Rio de Janeiro (séculos XIX–XXI)	1	7,3
A DEFESA NA GUERRA ÀS DROGAS: análise do papel da Defensoria Pública da Capital do Rio de Janeiro no desenho processual penal desumanizante do tráfico de drogas	2	4
O DEEPFAKE PORNOGRÁFICO EM UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: NOVAS FORMAS (DIGITAIS) DE CIBERVIOLÊNCIA E O PROJETO DE LEI DA MISOGINIA?	1	6
“O NASCIMENTO DE UMA NAÇÃO”: A GENEALOGIA DA IMUNIZAÇÃO CONSTITUCIONAL	1	8,25
A CIDADANIA CULTURAL SURDA FRENTE AO EPISTEMICÍDIO LINGUÍSTICO: O DIREITO E A LITERATURA COMO DISPOSITIVOS DE RESISTÊNCIA DECOLONIAL	1	6,5
Práticas institucionais e processos estruturais no Direito das Famílias: uma análise da atuação do sistema de justiça nos casos de violência intrafamiliar a partir da perspectiva de gênero	2	6
DÉFICITS DE LEGITIMIDADE NA IMPOSIÇÃO CONCRETA DE MEDIDAS RESTRITIVAS ÀS LIBERDADES CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS A PARTIR DE EVENTOS SOCIALMENTE TRAUMÁTICOS E GERADORES DE TERROR	3	6,5
Repactuação de Acordos de Leniência e a ADPF 1051: de uma “consensualidade abusiva” à parametrização consensual no Supremo Tribunal Federal.	3	6,25
Aplicação da pena em um sistema acusatório: uma análise a partir de julgamentos por delitos da Lei de Drogas no Rio de Janeiro	2	5
DISCUTINDO A EUTANÁSIA A PARTIR DO DIREITO À VIDA	1	4,75
A INFLUENCIA DOS CONSELHOS SUPERIORES DOS INSTITUTOS FEDERAIS DO SUL DO BRASIL NA PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E LEGITIMIDADE DEMOCRATICA (2008-2024)	3	7,25
PENSAMENTO CRÍTICO SOBRE O ATIVISMO JUDICIAL EM MATÉRIA PENAL NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	2	5,25
Governança da Vulnerabilidade: Desenhos de Compliance Interinstitucional e a Convergência entre Terceiro Setor e Mercado na Proteção Sociojurídica.	3	6,5
ARTE, ESPAÇO PÚBLICO E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: UMA LEITURA ARENDTIANA DA EXPERIÊNCIA ESTÉTICA COMUM COMO DIMENSÃO CONSTITUCIONAL DA CIDADANIA	1	5,5
DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS ANTIRRACISTAS: A RECONFIGURAÇÃO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO RIO DE JANEIRO (2014–2024)	3	7
MEDIAÇÃO E SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR NO BRASIL: SOLUÇÕES CONSENSUAIS, CAPACIDADES INSTITUCIONAIS E EFETIVIDADE DA LEI No 14.181/2021	3	6,25
Quem pode ser vítima? Marcadores sociais da diferença e a construção da “vítima perfeita” no sistema de justiça criminal.	1	6

RECONSTRUÇÃO CONSTITUCIONAL DA PROTEÇÃO SOCIAL: Trabalho Reprodutivo, Paradigma Trabalhocêntrico e Direito à Renda na Constituição de 1988	3	6,25
ENCARCERAMENTO EM MASSA E VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS: SELETIVIDADE PENAL, REINCIDÊNCIA E CRISE ESTRUTURAL DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO.	1	5,75
CUSTÓDIA DE DADOS EM NUVEM E SOBERANIA DE CONTROLE: Uma Tipologia dos Arranjos Institucionais nos Órgãos Estratégicos da Administração Pública Federal Brasileira	3	7,5
RESPONSABILIDADE CIVIL DO OPERADOR DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: OPACIDADE ALGORÍTMICA, INSUFICIÊNCIA DO REGIME OBJETIVO E A CONSTRUÇÃO DE UM STANDARD DE DISTRIBUIÇÃO DE RISCO PROPORCIONAL AO CONTROLE	3	5,5
Risco Sistêmico Cibernético e Capacidades Institucionais: Governança e Regulação na Estabilidade da Ordem Econômica no Estado Democrático de Direito	3	4,25
LINCHAMENTO MIDIÁTICO, PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E REPARAÇÃO PROPORCIONAL AO DANO SOCIAL ACUMULADO: insuficiência do direito de resposta e necessidade de novo remédio jurídico frente à condenação midiática no Brasil contemporâneo	1	7
Soberania popular e emendabilidade constitucional: legitimidade democrática da reforma constitucional pelo legislador ordinário	3	4,5
A SUBORDINAÇÃO ALGORÍTMICA E A LIOFILIZAÇÃO DO TRABALHO: O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES JUDICIÁRIAS NA PRESERVAÇÃO DO PATAMAR CIVILIZATÓRIO DE DIREITOS	2	5
QUANDO A CRISE CHEGA À SUPREMA CORTE: RUPTURAS, JUÍZES E A POLÍTICA	2	6,5
MULHERES, RAÇA E HIERARQUIAS INSTITUCIONAIS NO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: RECRUTAMENTO, PROGRESSÃO FUNCIONAL E DISPUTAS POR RECONHECIMENTO NAS CÚPULAS DA MAGISTRATURA	3	6,5
CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO E A PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ERA DA PÓS-VERDADE: REFLEXÕES SOBRE O ESTADO DE DIREITO NO BRASIL E NA COLÔMBIA	3	6,25
SUPEREXPLORADOS, PRECÁRIOS, FLEXÍVEIS, POLIVALENTES, INTERMITENTES, INFORMAIS... E GREVISTAS: uma análise das condutas antissindical das empresas-aplicativos nas ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras motoristas	3	7,5
Teoria Anti-Encarceramento e Crimes de Gênero	1	6
A EFETIVIDADE DA REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS NO BRASIL: análise regulatória e comparada do Marco Legal da Biodiversidade	3	7
O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO COMO INSTITUIÇÃO EM DISPUTA: DISCURSOS RELIGIOSOS, DIREITOS REPRODUTIVOS E OS LIMITES DA DEMOCRACIA	3	4
A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA TUTELA COLETIVA: UM ESTUDO DE CASO EM UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	3	4,5
INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E O COMBATE AO TERRORISMO: LIMITES JURÍDICOS E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTOS DE CONFLITO ARMADO	3	5,75

A violência contra as mulheres e as relações entre o sistema do capital, a desigualdade socioeconômica, a forma-Estado e as formas de dominação pré-capitalistas no Brasil	2	6
AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA E CONSTITUIÇÃO: TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL, IGUALDADE MATERIAL E FUNDAMENTAÇÃO DEMOCRÁTICA NAS DECISÕES (RIO DE JANEIRO E BAHIA, 2020–2025)	2	6
“MORRENDO DE NÃO VIVER”: TERRITÓRIOS DO NÃO-SER E VIOLÊNCIA POLICIAL COMO FORMA DE RACISMO AMBIENTAL NAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO	1	6,25
IGUALDADE MATERIAL E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS NO BRASIL: LIMITES E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DO DECRETO No LIMITES E POSSIBILIDADES DA IMPLEMENTAÇÃO DO DECRETO No 12.657/2025 NO CICLO INICIAL DE IMPLEMENTAÇÃO (2025–2028)	1	5,75

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

Comissão de Seleção do Processo Seletivo de Ingresso no Doutorado.